

## **A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**

CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS\*

China as a double pole in the world economy and the recentralization of the Asian economy. The extraordinary growth of Chinese trade that occurred in the last years changed China's role on world and regional economy. As a major producer of industrial consumer goods to OCDE countries, China has negatively affected many Asian competitors but as an expansive market China became the main source of growth to Asian countries. This new dimension was achieved after the Asian crisis of 1997 by an economic expansion led by public investment. After considering the Chinese balance of payment position and its industrial strategy this paper investigates this double dimension of China on trade and its influence on Asian countries.

Key-words: macroeconomic policy; commercial and investment flows; exchange rate regime; globalization; regionalization.

JEL Classification: E60; F14; F23; F31; L50.

O alto crescimento do comércio regional asiático centrado nos investimentos japoneses e dos Tigres Asiáticos (sobretudo Hong-Kong e Singapura) nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) especialmente na Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia e na China, depois de gerar extraordinário dinamismo e viabilizar um crescimento sincronizado e em etapas entre países com estágio de desenvolvimento diferentes como o descrito no modelo dos “gansos voadores” (Medeiros, 97), entrou em crise em 1995. A desvalorização do yen em relação ao dólar a partir de 1995 (cerca de 30% entre 1996-98) e a contração abrupta dos IDE japoneses vinculados às exportações asiáticas para terceiros mercados (principalmente os EUA) teve forte impacto na dinâmica regio-

---

\* Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Agradeço a Bruno Daltra, doutorando deste Instituto, o apoio na pesquisa empírica. E-mail: ca29@centroin.com.br. Submetido: novembro 2004; aceito: maio 2005.

nal. Como estes países possuíam regimes cambiais vinculados ao dólar, a valorização desta moeda em relação ao yen levou a uma valorização real das principais moedas asiáticas com a exceção do yuan/reminbi (yuan) chinês que passara em 1994 por significativa desvalorização.<sup>1</sup> Com o câmbio desvalorizado em relação aos seus competidores e com o sucesso das redes de comércio estabelecidas nas ZEE, a China deslocou produtores da ASEAN do mercado americano. Em consequência, a participação dos EUA nas exportações chinesas cresceu extraordinariamente nos anos 90 afirmando-se como uma mudança fundamental na direção do comércio internacional.

O declínio das importações japonesas e dos fluxos de IDE voltados para os países da ASEAN ao lado da abertura e desregulação financeiras posta em prática em muitos países no início dos anos 90, mudou a estrutura do financiamento externo asiático com forte expansão dos capitais de curto prazo. O boom de endividamento de curto prazo em dólares destinados a empréstimos em moedas domésticas em setores voltados ao mercado interno (principalmente imobiliário), tal como o que se deu nos ASEAN-4 e Coreia levou a uma crise de liquidez que no final de 1997 sacudiu intensamente países como a Tailândia, a Malásia, a Coreia, as Filipinas e a Indonésia<sup>2</sup>. Os fluxos de IDE, tal como os de comércio, também sofreram um significativo deslocamento dos países asiáticos em direção à China.<sup>3</sup>

Após abrupta recessão e colapso cambial (desvalorizações de cerca de 50% em relação ao dólar) ocorrida em 1997, as economias da ASEAN ao lado da Coreia, com exceção da Indonésia, retomaram suas trajetórias expansivas a partir de uma política fiscal expansiva e forte recuperação das suas exportações. O fator imediato responsável pelo crescimento das exportações foi o boom da “nova economia” nos EUA e seu impacto na Tecnologia de Informação (TI); com o estouro da bolha ocorrida em 2000/2001, as exportações asiáticas se expandiram em função do alto crescimento da China. Mantendo inalterada sua taxa nominal de câmbio com o dólar, a China reagiu à contração de suas exportações com uma política anticíclica centrada nos investimentos públicos.

Assim, se a China como produtor mundial de produtos da TI e bens de consumo industriais para os mercados ocidentais — o primeiro pólo- deslocou produtores asiáticos, a China enquanto grande mercado interno em expansão — o segundo pólo tornou-se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico e da estabilidade do yuan — características discutidas nas seções seguintes — a China, que se afirmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão, transformou-se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia.<sup>4</sup> Esta mudança no comér-

---

<sup>1</sup> Em Medeiros (2002), esta desmontagem é analisada.

<sup>2</sup> Como também sublinharam Sakakibara e Yamakawa (2002), esta foi uma “crise da conta capital” e não uma “crise da conta corrente”, e foi gerada por uma reversão dos fluxos em economias que tiveram sua liquidez externa debilitada muito rapidamente.

<sup>3</sup> Ver UNCTAD, *World Investment Report*, 2002, e demais referências ao longo deste texto.

<sup>4</sup> Como observam Medeiros (2001), McKinnon e Scnabl (2003) e UNCTAD, TDR, 2004 e IMF, 2004.

cio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos EUA como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento regional e de sua estabilização.

Ao lado desta introdução, este artigo divide-se em quatro seções. Discute-se na primeira seção a autonomia da política econômica chinesa, em seguida, a dinâmica macroeconômica do crescimento chinês; depois de considerar na terceira seção o impacto destas transformações na Ásia, algumas considerações finais são apresentadas.

## A AUTONOMIA DA POLÍTICA ECONÔMICA CHINESA

Desde 1994 o governo chinês mantém fixa a taxa nominal de câmbio do yuan com o dólar (8.3 yuan= \$1) e desde 1996 estabeleceu plena conversibilidade do remimbi para as transações correntes. A busca de uma taxa de câmbio nominal estável e favorável às exportações constitui — como se pode depreender da Tabela 1 — um traço essencial das trajetórias bem sucedidas das industrializações do leste asiático a que a China procurou reproduzir.

Nos últimos anos, o saldo comercial da China com os EUA ultrapassou o saldo japonês que historicamente caracterizou o déficit comercial bilateral americano.<sup>5</sup> Em meio ao boom de exportações e investimentos diretos, a sustentação desta taxa se deu com a política de formação de reservas do banco central chinês.<sup>6</sup> É neste contexto que as pressões dos EUA e também do Japão contra o regime cambial chinês e os mecanismos de controle de capitais se afirmaram.

As pressões dos EUA sobre o saldo comercial chinês possuem semelhanças com as exercidas sobre o Japão ao longo dos anos 90.<sup>7</sup> No entanto, há uma notável diferença entre os dois países. Com efeito, ao contrário do Japão, a China é um grande receptor de investimento externo. Deste modo, a formação na China de superávits no saldo de transações correntes — hoje próximo de 2% do PIB —

---

<sup>5</sup> Segundo o US Census Bureau Website, em 2002.

<sup>6</sup> “Now cumulated foreign exchange reserves have surpassed US\$ 400 billion. To maintain a fixed exchange rate, the Central Bank has to continuously buy dollars and sell yuan in the foreign exchange market...” (Yu, 2004, pg 16). Mas as reservas oficiais não contam toda a história. A China, apesar de controlar os fluxos de capitais, permitiu a formação de depósitos em moeda estrangeira por parte de famílias e firmas. Estima-se que eles alcancem algo como 8% dos depósitos em moeda doméstica. Estes dólares contribuíram para uma saída de capital estimada em 140 bilhões sob a forma de aplicações no mercado americano. Por outro lado, tem havido crescente fluxo de saída de notas de remimbi para países vizinhos. Detalhes em Icard (2004).

<sup>7</sup> Esta semelhança baseada em elevado saldo na balança de transações correntes, imensas reservas denominadas em dólares e baixa inflação (incluindo uma deflação em 1999), levaram a McKinnon e Scnabl (2003) atribuir para a China a “síndrome da virtude conflituosa” (MacKinnon, Scnabl). Tal síndrome — elevado saldo de transações correntes e baixa internacionalização da moeda doméstica — provocaria, tal como historicamente ocorreu com o Japão, — é uma permanente pressão para a valorização do yuan.

constitui um prudente contrapeso ao aumento do estoque bruto dos investimentos externos.<sup>8</sup>

A pressão americana para a valorização do yuan deve ser vista em perspectiva. A manutenção da cotação fixa com o dólar quando diversos países asiáticos competidores desvalorizaram suas moedas, incluindo o Japão, levou a uma valorização do yuan frente aos seus competidores asiáticos e conseqüente redução do seu saldo de transações correntes.<sup>9</sup> A sustentação da taxa nominal do yuan a partir de 1997 foi de fato um fator importante para a superação da crise asiática ao evitar uma corrida cambial e por afirmar a estabilidade de uma moeda chave para o comércio regional (FONDAD, 2003). É importante observar que desde a crise de 1997 o yuan vem sendo usado crescentemente em operações *off-shore* na região, especialmente como meio de troca no comércio com países de fronteira (Malásia, Tailândia, Taiwan), turismo e investimento em Hong-Kong, Macau e Singapura e também sob a forma de depósitos e serviços financeiros em Hong-Kong<sup>10</sup>. A sustentação da taxa nominal de câmbio num momento de contração do comércio regional teve custos fiscais significativos para a China. Com efeito, como sublinha Cui (2004), para compensar as desvalorizações dos competidores asiáticos, as exportações chinesas fora das zonas especiais de processamento de exportações foram estimuladas através de devoluções fiscais que cresceram de forma expressiva.

A pressão americana exerce-se essencialmente contra a centralização cambial e a política de compra de reservas do Banco central chinês que impedem que o yuan se valorize com o acúmulo dos fluxos líquidos de capitais. Tendo em vista a elevada participação de depósitos em moeda estrangeira no sistema bancário chinês, e o elevado peso do dólar como moeda de denominação do comércio exterior chinês, a resistência chinesa em alterar seu regime cambial deve-se ao temor de que a liberalização financeira provoque pressões especulativas introduzindo uma restrição à autonomia da política monetária chinesa.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> A China não tem um problema de solvência ou de liquidez e o comprometimento de suas exportações com o serviço da dívida é muito baixo em termos internacionais. Segundo relatório do FMI, em 2002 o total da dívida externa em relação às exportações era de 47% e a relação entre reservas e a dívida de curto prazo era de 530% (IMF, 2004). Entretanto, a forte expansão dos investimentos externos vem ampliando o seu passivo externo bruto. A manutenção de saldos positivos na balança comercial tem permitido a formação de superávits em transações correntes que de um valor próximo a 4% do PIB obtido antes da crise asiática, manteve-se nos anos mais recentes em cerca de 2% do seu PIB (IMF, 2004) a despeito do crescimento dos déficits em serviços decorrentes das remessas de lucros e pagamentos de juros.

<sup>9</sup> Ver nota anterior. Para uma análise semelhante, ver McKinnon e Schnabl (2003).

<sup>10</sup> Ver Li (2004)

<sup>11</sup> Assim, como observou John Williamson "I believe that the Chinese authorities were absolutely right to resist the call of US Secretary of the Treasury John Snow for a liberalization of the capital account and a float of the currency. This is because of the danger that liberalization of the capital account would cause many Chinese savers to decide to switch a part of their portfolio to some foreign country, to avoid the fate that may befall those holding money in Chinese banks if and when a financial crisis finally hits." (Williamson, 2003 p.5). A linha de política econômica defendida por Williamson de deixar flutuar o yuan e manter os controles dos fluxos de capitais é hoje apoiada pelo FMI em suas discussões bilaterais com as autoridades chinesas. Estas, entretanto, não manifestaram qualquer compromisso de alterar o seu até agora bem-sucedido regime cambial.

Em síntese, é possível dizer que a preservação da estabilidade nominal do yuan, ao mesmo tempo em que mantém a expansão do seu mercado interno, tem sido, até o presente momento, uma estratégia a um tempo centrada nas prioridades nacionais e, ao mesmo tempo voltada a ampliar as relações de comércio e investimento da China na Ásia.

Esta questão destaca-se quando se considera o ingresso da China na OMC em 2001. Por pressão dos EUA este foi condicionado a reformas amplas e abrangentes.<sup>12</sup> É possível que estas reduzam a autonomia e margem de manobra da política econômica chinesa; entretanto, é importante considerar que graças à manutenção de uma sólida posição de balanço de pagamentos, estas concessões ocorreram a partir de uma posição de força e não de fraqueza como em boa parte dos países em desenvolvimento (UNCTAD, 2002).

O controle dos fluxos de capitais externos e a magnitude de suas reservas permitiram a China responder à contração do ritmo do crescimento de suas exportações decorrente da crise asiática com um elevado esforço de gastos públicos voltados à construção civil e infra-estrutura.<sup>13</sup> Esta política anticíclica — ver Tabela 2 — reforçou através do orçamento deficitário uma dinâmica de crescimento voltada ao mercado interno e puxada pelos investimentos das empresas estatais.<sup>14</sup> É esta dinâmica que se procura descrever na próxima seção.

## A DINÂMICA INTERNA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

Desde a formação da China moderna em 1949, o ciclo econômico chinês vem sendo governado pelo ritmo de crescimento dos investimentos em capital fixo das empresas estatais e as restrições decorrentes de choques exógenos, dese-

---

<sup>12</sup> Segundo Nolan, (2001).

“The US-China agreement is the most detailed agreement yet signed by any country on its entry to the WTO. The US-China WTO Agreement in itself constitutes a massive program of economic system reform.” (Nolan, 195) Em relação às tarifas, observa-se que a tarifa média prevista para 2005 será de 5,7% contra os atuais 13,7% (UNCTAD, 2002). A redução tarifária politicamente mais complicada é a sobre alimentos, mas também deverá provocar efeito importante na indústria automobilística. A eliminação de todas as barreiras não-tarifárias deverá também provocar grande impacto

<sup>13</sup> A expansão dos gastos públicos acentuou-se já em 1998 como na descrição de McKinnon e Schnabl (2003): “starting in March 1998, China took strong Keynesian measures to slow its internal deflation. Its New Deal encompassed a huge expansion of government expenditure on infrastructure and on mass residential housing. Since 1998 public works have increased by 20% per year. In 2001 as well in 2002, the (announced) stimulus package amounted \$18 billion (150 billion YUAN)” (10). Entre 1997 e 2002 o déficit público cresceu sete vezes e hoje situa-se em torno de 3% do PIB. Para detalhes ver Cui (2004). Esta dinâmica é examinada na próxima seção.

<sup>14</sup> Na descrição de Xin (2002) “In recent years (1998-2001), the demand structure for economic growth shows that the contribution by external demand exhibited a declining trend while that by domestic demand began to rise. In 2001, in particular, the contribution by external demand was negative.” (p. 10).

quilíbrios setoriais, em particular, os preços dos alimentos, e as restrições de balanço de pagamentos.<sup>15</sup>

Embora nos anos 90 a meteórica expansão das exportações e dos investimentos privados tenha introduzido novos determinantes ao processo de investimento na China com declínio da participação das empresas estatais no investimento global — ver Tabela 3 —, o volume dos investimentos estatais no PIB manteve-se num patamar estruturalmente alto e com nítido papel anticíclico. A ampla privatização ocorrida nos anos 90 concentrou-se essencialmente nas pequenas empresas estatais.<sup>16</sup>

Historicamente, tendo em vista o tamanho da população chinesa e o seu nível de renda, a principal restrição ao crescimento liderado pelos investimentos públicos foi o ritmo de expansão da produção de bens de consumo, essencialmente formado pelos alimentos. Assim, na medida em que os investimentos estatais eram acelerados segundo as decisões de governo, a expansão conseqüente da massa de salários punha em marcha uma demanda por alimentos que se transformava no curto prazo numa pressão inflacionária — ou como o que aconteceu no período do “grande salto a frente” numa escassez generalizada —, levando a uma desaceleração dos investimentos e do crescimento econômico. Com as reformas de Deng Xiao Ping em 1979, a agricultura chinesa passou por um choque de produtividade elevando a taxa de crescimento potencial da economia chinesa reduzindo sua volatilidade. Ainda assim, a vigorosa expansão da demanda interna só poderia ser atendida pelo crescimento das importações (Yao, 2000).

Com a abertura da economia nos anos 80, a expansão da capacidade de importar tornou-se a restrição fundamental para o processo de industrialização chinesa. Mas como as exportações da China nos anos iniciais da abertura eram intensivas em produtos primários (grãos, petróleo, carvão), o crescimento da produção e da produtividade na agricultura era necessário tanto ao consumo interno quanto para as exportações. Com a substituição de exportações na direção de bens industriais a China passou de exportador líquido de grãos para um dos maiores importadores líquidos mundiais. Por outro lado, com a industrialização acelerada, o consumo total de minério de ferro, carvão, aço, alumínio da China passou a exceder imensamente a sua capacidade de produção exercendo elevada pressão nos mercados mundiais.<sup>17</sup>

O desenvolvimento chinês requeria obter simultaneamente uma expansão global de sua capacidade de importar e viabilizar um rápido deslocamento da pauta de importações na direção de máquinas e equipamentos. O deslocamento

---

<sup>15</sup> Para uma discussão dos ciclos econômicos na China desde 1949, ver Imai (1996). Este autor considera a capacidade física do setor de bens de consumo como a principal restrição ao crescimento. Para uma descrição recente ver IMF (2004).

<sup>16</sup> De acordo com Chunlin (2002), as pequenas empresas industriais caíram de 72 mil existentes em 1995 para 34 mil em 2000, em decorrência de privatização ou liquidação. O número de pequenas empresas estatais em todos os setores permanece, entretanto, muito alto.

<sup>17</sup> Ver UNCTAD, TDR, 2004.

da pauta de exportações na direção de bens intensivos em mão-de-obra e a atração do investimento externo voltado à construção desta capacidade exportadora caracterizaram a resposta chinesa ao desafio do desenvolvimento levando, pelo seu tamanho específico, a grande mudança no comércio regional.

Tal como a maioria dos países asiáticos que se industrializaram no pós-guerra, a pauta exportadora chinesa concentrava-se ao longo dos anos 80 essencialmente em produtos intensivos em mão-de-obra e de baixo valor unitário. Esta era a pauta tanto das exportações das EE quanto das empresas privadas e das que em *join-ventures* com empresas chinesas formaram o núcleo das zonas econômicas especiais (como as de Shenzhen, Fuzhou, Zhuhai).

Entretanto devido ao elevado conteúdo das importações típicas das atividades de processamento,<sup>18</sup> a máquina de crescimento chinesa não se deslocou para as empresas estrangeiras e suas exportações, mas permaneceu fortemente assentada nos investimentos públicos, na exportação das empresas estatais e na expansão do consumo.

O investimento público das empresas estatais manteve a sua função de liderar o ciclo de investimentos da China e o processo de mudança estrutural. Assim, com a extraordinária expansão das exportações ocorrida no início dos anos 90 (uma média de 20%), Deng Xiaoping propôs uma aceleração do crescimento em 1992. Os investimentos em capital fixo cresceram também a uma taxa de 20%, elevando a participação destes investimentos na renda (Imai, 96). Esta aceleração levou a pressões inflacionárias, decorrentes tanto do excesso de demanda numa economia que crescia acima de 10% quanto da desvalorização do câmbio ocorrida em 1994 (o índice de preços ao consumidor atingiu a 24.1% neste ano). Com a economia superaquecida as importações cresceram a taxas extraordinárias levando a déficits na balança de transações correntes (em 1993) e a uma política de desaceleração dos investimentos.<sup>19</sup> Após a crise asiática de 1997, as exportações chinesas declinaram resultando num declínio no crescimento do PIB e dos preços. Em face da deflação que se afirmou em 1998 e 1999 e a perspectiva de baixo crescimento, o governo preocupado com o ingresso de dez milhões de novos trabalhadores anuais no mercado de trabalho<sup>20</sup> acelerou o gasto público, relaxou o crédito dos bancos públicos e as EE decidiram ampliar seus investimentos. Estes retomaram a liderança no ciclo expansivo na China.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Segundo dados da China Customs Statistics Year Book 2001. O saldo comercial da China em 2000 foi de 24.1 bilhões de dólares, e o saldo das empresas com capital estrangeiro foi de 2.2. As com capitais japoneses e dos demais países asiáticos apresentaram saldo comercial negativo (UNCTAD, 2002).

<sup>19</sup> Assim de acordo com o FMI as autoridades chinesas aumentaram a taxa de juros e limitaram as autorizações para os investimentos (IMF, 2004)

<sup>20</sup> Esta é a estimativa do governo chinês para o quinquênio atual.

<sup>21</sup> Com base nos dados do China Statistical Yearbook, 2001, observa-se que entre 1995 e 2001 as exportações cresceram a uma taxa média de 9,6% contra mais do que o triplo desta taxa observada entre 1990 e 1995. Já o crescimento médio anual dos investimentos públicos entre 1995-2001 foi de 22,8% elevando-se em relação à taxa observada no quinquênio anterior.

O ciclo de expansão dos investimentos estatais da China ao longo dos anos 90 foi acompanhado por uma ousada estratégia industrial em que o governo selecionou 120 grupos empresariais para formar um *national team* em setores de importância estratégica (Nolan, 2001) em uma direção explicitamente inspirada nos Chaebols coreanos voltada ao enfrentamento das grandes empresas multinacionais nos mercados chineses e mundiais. Em sua política “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores”<sup>22</sup> a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e a modernização da infra-estrutura de forma a integrar populações e territórios do interior. Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico (como as em Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai) especialmente concebidas para formarem pólos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infra-estrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia.<sup>23</sup>

A expansão dos investimentos voltados ao mercado interno e, a criação de zonas voltadas ao progresso tecnológico e as estratégias das grandes empresas transnacionais no mercado chinês levou a uma nova onda de investimentos externos voltada ao mercado interno. Ao lado deste esforço tecnológico que resultou e vem resultando em rápido deslocamento das exportações chinesas na direção de bens com maior conteúdo tecnológico, sobretudo na TI, está a estratégia chinesa estabelecida no 10º Plano Quinquenal de 2001 de estimular através da infra-estrutura uma “marcha a oeste” de forma a reduzir os desequilíbrios regionais.<sup>24</sup>

Parcela significativa dos investimentos públicos na China concentra-se na construção civil (Yu, 2004). Industrialização e urbanização aceleradas — a taxa de urbanização cresceu nos últimos 20 anos 38% a.a. — exercem uma demanda extraordinária sobre residências e equipamentos urbanos.<sup>25</sup> A demanda por residências e bens de consumo vem impulsionando o mercado chinês em duas direções. Em primeiro lugar pela expansão horizontal do mercado de consumo devido à incorporação de maior número de famílias urbanas com maior poder aquisitivo. Em segundo lugar, devido à expansão vertical do mercado decorrente da maior concentração da renda e da introdução de novos padrões de consumo. As mudanças nos padrões de consumo ocorrem em todos os segmentos. A introdução de novos hábitos alimentares (com efeitos significativos sobre o consumo de carnes e cereais), de novos bens industriais, tanto os da base tecnológica ante-

---

<sup>22</sup> “Dos 174 mil EEs do final de 2001, apenas 9.453 foram registradas como grandes, enquanto outros 164.051 foram designados como médios ou pequenos.” Story, 308.

<sup>23</sup> “Só em Xangai, mais de 40 multinacionais, incluindo a IBM, a Microsoft, a Alcatel e a Bayer, estabeleceram centros de P&D regionais ou globais (Story, p.359).

<sup>24</sup> Assim, por exemplo, o projeto da represa das Três Gargantas, possivelmente o maior empreendimento contemporâneo de engenharia civil faz parte do esforço chinês de expandir a base hidrelétrica, a capacidade industrial no interior do país além de fatores geopolíticos. Ver Story, 2004.

<sup>25</sup> Entre 1980 e 2001 o emprego urbano na China evoluiu de 106 milhões para 240 milhões (Yanzhong, 2003).

rior (como automóveis) quanto os intensivos em TI (telefones celulares, computadores), e de novos serviços de apoio a estas transformações (telecomunicações, rodovias) como os decorrentes da elevação da renda pessoal como turismo, alimentação fora da residência, etc. Devido ao tamanho da sua população, a elevação da renda média chinesa — que ainda situa-se em níveis muito modestos em termos internacionais —<sup>26</sup> leva a grandes transformações no tamanho absoluto do mercado consumidor. Assim, por exemplo, o mercado de televisão, de telefones celulares e de usuários da Internet é do tamanho e em ultrapassagem ao dos EUA e seguramente do Japão. É este grande mercado interno o centro de gravidade para a dinâmica economia asiática.

## A CHINA COMO UM DUPLO PÓLO E O SEU IMPACTO NA ÁSIA

Entre 2000 e 2003 as importações americanas provenientes da China tiveram um aumento de 50% e acentuado declínio das importações originadas no Japão e demais países do Leste Asiático.<sup>27</sup> Entretanto, simultaneamente, a China aumentou amplamente sua demanda sobre as exportações asiáticas. Deste modo, o crescimento das exportações chinesas se deu num contexto de forte expansão conjunta dos países asiáticos cuja quota nas exportações mundiais de manufatura expandiu-se na última década (Cheong, Xiao, 2003). A afirmação da China como um “duplo pólo” — ver os Gráficos 1 e 2 na economia mundial — principal produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra e grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias-primas tem gerado, como salientado na introdução deste artigo, importante impacto sobre a região asiática.

Para o entendimento do impacto regional deste “duplo pólo” é necessário distinguir dois efeitos distintos que não estavam presentes no modelo de desenvolvimento dos “gansos voadores”. Em primeiro lugar existe um *efeito de estrutura* decorrente da pauta exportadora e importadora chinesa. Há aqui dois mecanismos. De um lado, um mecanismo substitutivo gerado pelas exportações chinesas em terceiros mercados, particularmente nos EUA sobre as exportações asiáticas. As plataformas exportadoras chinesas de produtos intensivos em mão-de-obra deslocam produtores asiáticos destes bens e absorvem capitais voltados para a sua produção e exportações mundiais.<sup>28</sup> Associado a estas exportações existe, em segundo lugar, um mecanismo complementar, decorrente das importa-

---

<sup>26</sup> Em termos da paridade de poder de compra, a renda per capita chinesa atingiu a \$ 4.900 em 2003 não ultrapassando a US\$1.000 correntes.

<sup>27</sup> Dados do US. International Trade Commission.

<sup>28</sup> Neste aspecto, ao contrário do modelo dos “gansos voadores” em que o Japão, ao concentrar-se em produtos de maior valor unitário abria espaço para o país tecnologicamente mais atrasado, a China, ao produzir bens de consumo semelhantes aos países da ASEAN, fecha este espaço em terceiros mercados.

ções de insumos, partes e componentes e bens de capital. Este duplo movimento atinge de forma diferenciada os países segundo suas capacitações tecnológicas específicas favorecendo os mais avançados na produção de bens de capital e aqueles produtores especializados de matérias-primas. Mas há um segundo efeito, que no padrão de desenvolvimento anterior era exercido pelos EUA. Trata-se do *efeito escala*, associado ao ritmo de crescimento do mercado interno chinês. Este efeito age contrariamente ao mecanismo substitutivo, permitindo que os produtores de bens intensivos de mão-de-obra possam compensar a queda de sua participação em terceiros mercados com o aumento de suas exportações para a China. Ademais, ao contrário dos fluxos de IDE voltados às plataformas de exportação chinesas, os fluxos destinados ao mercado interno chinês não constituem deslocamentos de instalações ou de decisões de instalações em países da ASEAN, mas são formados por investimentos que só existem para atender ao mercado chinês.

Tendo em vista estes efeitos e mecanismos, é importante identificar os distintos circuitos e conexões que caracterizam o padrão de comércio da China com seus vizinhos e analisar o impacto diferenciado sobre a dinâmica regional de crescimento.

Um primeiro padrão é o formado com países como Japão e Coréia, principais fornecedores regionais de bens de capital. Estes encontram na China o seu principal mercado em expansão. A corrente de comércio e os fluxos de investimento entre Japão e China e Coréia e China formam um padrão de comércio em que o país industrialmente mais avançado exporta produtos de maior conteúdo tecnológico — produtos que incluem *Original Equipment Machine* (OEM) e hoje concentrados na TI — é maior e importa partes e peças industriais intensivas em mão-de-obra usadas como insumos em produtos de maior valor unitário e bens industriais de consumo final.<sup>29</sup>

Segundo estudos empíricos sobre as exportações chinesas desagregadas por tipos de bens, os impactos do crescimento das exportações chineses sobre as exportações de bens de capital — máquinas e equipamentos de transporte — na Ásia são altamente positivos, favorecendo especialmente o Japão e a Coréia do Sul.<sup>30</sup>

Em 2002 o comércio bilateral entre China e Japão alcançou a impressionante cifra de US\$102 bilhões e desde 1990 a taxa de crescimento desta corrente de comércio excede a que a China apresentou com o resto do mundo<sup>31</sup>. As exportações japonesas voltadas para a China e os investimentos conectados com estas cresceram a taxas extraordinárias nos últimos anos afirmando-se no principal impulso para a recuperação japonesa.<sup>32</sup> Depois de décadas de saldo negativo o fluxo de comércio tem sido favorável à China continental. Entretanto, quando se considera os

---

<sup>29</sup> O *wintelism*, isto é, computadores com microprocessador da Intel e programa Windows é um exemplo. Os contratos de OEM são usados pelas firmas chinesas visando uma maior competitividade e acesso aos mercados externos.

<sup>30</sup> Ver Eichengreen, B.; Rhee, Y.; Tong, H. (2004).

<sup>31</sup> Dados da China Statistical Yearbook and Abstract, em Liping (2003).

<sup>32</sup> Ver UNCTAD, 2004.

fluxos conjugados com os de Hong-Kong, o saldo permanece favorável ao Japão. Para se aquilatar a importância desta corrente de comércio convém observar, como apontou Gresser (2004), que em 2003 o Japão exportou mais para China, Hong-Kong e Taiwan do que para os EUA, um fato inédito no pós-guerra.

Uma das principais características do comércio intra-asiático e da composição dos fluxos de investimento é o peso da produção compartilhada. Segundo um abrangente estudo do Banco Mundial (Ng e Yeats, 2003) o comércio em partes e componentes atingiu em 2003 cerca de 1/5 do comércio intra-asiático. Historicamente o centro da produção compartilhada no sudeste asiático tem sido o Japão e segue sendo a partir de suas grandes corporações na TI. A China constitui hoje o maior mercado de componentes para a indústria japonesa, e parcela significativa dos investimentos nipônicos na China destinam-se à montagem desta rede de comércio e produção, comandada por suas grandes corporações.<sup>33</sup>

Com o restabelecimento de relações diplomáticas formais com a Coreia em 1992, as exportações coreanas para a China dispararam. Em 2003, a China já era o principal mercado de exportação coreana, superando os EUA como mercado final, direção de comércio que historicamente marcou a orientação exportadora coreana (Chang-kyu, 2004). Com suas exportações de máquinas, produtos químicos e intermediários, a Coreia vem apresentado saldo positivo elevado com a China cuja exportação de matérias-primas e bens de consumo para este país ainda predomina. Nos anos mais recentes, a China afirmou-se como o principal responsável pelo saldo comercial coreano. Tal como ocorre com o Japão, a estrutura do comércio é fortemente conectada com os fluxos de IDE. Estes, maciçamente concentram-se em eletrônica, equipamentos de telecomunicação, têxteis e vestuário, petróleo e produtos químicos e máquinas e equipamentos. Estes fluxos de investimento respondem por parcela importante da produção compartilhada envolvendo a China.

Parcialmente, Taiwan partilha das características deste padrão de comércio, entretanto, tal como ocorreu com Hong-Kong, o deslocamento de capital desta província chinesa para a China continental tem sido tão grande que as relações de comércio com este país tornaram-se crescentemente horizontais. Devido aos seus custos mais altos e grande experiência em serviços financeiros e transportes, Hong-Kong deslocou para a China continental a base produtiva da sua indústria especializando-se em atividades de serviço. As exportações chinesas para Hong-Kong e da ilha para os EUA formaram uma extraordinária corrente de comércio até os anos mais recentes quando a conexão direta entre a China continental e os EUA assumiu uma proporção maior.

Devido ao impacto negativo das exportações chinesas sobre as exportações de bens de consumo asiáticas — sobretudo em televisões rádios, artigos manufaturados em geral — elas deslocaram exportações de Taiwan e Hong-Kong de terceiros mercados. Entretanto, este deslocamento se fez com os capitais destas regiões

---

<sup>33</sup> De acordo com relatório da *Unctad* (2002), cerca de 1/5 das transnacionais japonesas decidiram relocalizar suas filiais na China.

chinesas. Devido à alta integração destas regiões aos investimentos internacionais, o padrão de comércio da “grande China” favorece especialmente os grandes produtores mundiais das OEM, principalmente empresas americanas e japonesas.

Como grande entreposto comercial e de serviços, a região administrativa especial de Hong-Kong é ao mesmo tempo um grande investidor e uma base de investimentos estrangeiros.<sup>34</sup> Assim, a sua participação nos fluxos de IDE, estimados em cerca de 33% em 2003 (China Statistical Yearbook, 2004) contra apenas 7,8% dos EUA é sem dúvidas exagerada subestimando os fluxos oriundos de outros países e da própria China continental que investem na China a partir de Hong-Kong. Do mesmo modo, tendo em vista as políticas restritivas de investimento decorrente das disputas geopolíticas sobre Taiwan, parcela importante dos investimentos dos chineses de Taipei se dá a partir de subsidiárias estabelecidas em outros mercados.<sup>35</sup>

A despeito de suas imprecisões, os dados sobre a origem dos fluxos de IDE revelam um alto peso de Hong-Kong, Macau, Taiwan e Singapura. Longe de constituir uma rede exclusivamente chinesa de investimentos voltada para a China continental ela está alta e crescentemente, articulada com os fluxos de investimento das principais firmas multinacionais ocidentais que se especializam na comercialização de suas marcas.

Estes movimentos com amplos impactos nos fluxos de comércio e investimento estão associados à decisão das grandes corporações de consolidar na China a base manufatureira mundial de bens eletrônicos de consumo.<sup>36</sup>

Assim, se considerarmos as relações de comércio e de investimento entre a China, a Coréia e o Japão e da China com a “grande China” o *efeito estrutura* descrito acima, é bastante favorável ao balanço de pagamentos e crescimento destes países. Conforme se observou no item anterior, os fluxos de comércio decorrentes dos investimentos asiáticos na China continental (com forte presença de capitais chineses, japoneses, coreanos) possuem um balanço de divisas negativo para a China e favorável aos países investidores.

---

<sup>34</sup> Nos anos mais recentes, de investimentos chineses que visam através de Hong-Kong obter status diferenciado e regime de incentivos especiais.

<sup>35</sup> “Taiwan se viu como refém das batalhas comerciais entre os EUA e a China. Os EUA recusaram à China o status de país em desenvolvimento em razão de seu alto nível de exportação de manufaturados. Grande parte dessa exportação partia de investimentos de Taiwan no continente — na virada do século totalizando 43 mil projetos com um valor de US\$44bilhões. Como o contato comercial direto com o continente era ilegal — uma posição que vem mudando rapidamente desde que tanto a China continental como Taiwan se tornaram membros da OMC — essas exportações derivaram em grande parte de operações de montagem organizadas por meio de negócios de Taiwan em Hong Kong” (Story, 255).

<sup>36</sup> Como observam Sakakibara e Yamakawa (2002), “China’s success is transforming the marketplace for Asia electronics industry. China now accounts for 30% of the region’s electronics exports, compared to only 14.3% in 1997. China’s gains have been most costly for Singapore, which saw its market share slump over the same period from 19.3% to 9.8%. Other countries, such as Malaysia, Taiwan, and Thailand, are also under pressure” (44). Do mesmo modo observam que a realocização da indústria eletrônica na China é emblemática do deslocamento das multinacionais do Sudeste e Sudoeste da Ásia para este país.

Ao lado destes dois padrões de comércio, há um terceiro, mais competitivo e horizontal, entre a China e os dez países da ASEAN. Em relação ao efeito composição observa-se que as exportações chinesas afirmaram-se imbatível na produção de bens de consumo e de partes e componentes de bens de TI, deslocando produtores asiáticos, como, por exemplo, Malásia ou Tailândia que perderam parcela de mercado nas exportações mundiais (mas também o México) na produção destes bens, além de contribuir para a queda substancial dos seus preços internacionais.

Assim, ao contrário dos bens de capitais, na produção de bens de consumo intensivos em mão-de-obra, as exportações chinesas exercem efeito negativo sobre as exportações dos competidores asiáticos (Eichengreen et al., 2004). Em relação às importações chinesas, a sua elevada propensão a importações de alimentos (soja, por exemplo) e matérias-primas (como petróleo, cobre ou algodão) tem provocado expansão tanto do volume quanto do preço internacional destes bens, favorecendo os produtores asiáticos destes tais como a Indonésia, Brunei ou Vietnã (mas também o Brasil e demais produtores de matérias primas não-processadas). Segundo Ng e Yeats (2003), a China no período de 1995-2001 foi o mercado de maior expansão para Brunei, Camboja, Indonésia, Malásia, Mongólia, Tailândia, Vietnã.

O fato de a China ter se afirmado como principal mercado em expansão para as exportações dos países da ASEAN e num importador líquido para a Ásia, deve-se à combinação desta estrutura (que diretamente favorece os produtores de *commodities* mas desloca os produtores de bens de consumo) com a excepcional taxa de crescimento de seu grande mercado interno. Assim, mesmo deslocando outros países asiáticos produtores de bens de consumo de terceiros mercados (efeito estrutura), a expansão do seu consumo destes bens (efeito escala) leva a uma grande expansão do volume das exportações asiáticas quer para o atendimento do seu mercado interno quer indiretamente para o atendimento do mercado japonês ou coreano, dinamizados pela demanda de máquinas e equipamentos da China.

Estas questões assumem grande importância, tendo em vista os interesses comerciais e geopolíticos que orientam o ingresso da China na OMC e a liberalização do comércio e cooperação regional na Ásia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo do artigo salientar a afirmação da China como um centro cíclico regional. Tal característica decorreu de fatores estruturais da economia chinesa e da autonomia de sua política macroeconômica voltada ao alto crescimento. Graças ao controle dos fluxos de capitais e a sólida posição de seu balanço de pagamentos, a China pode praticar no final dos anos 90 uma política anticíclica fazendo da expansão do seu mercado interno um pólo de expansão para a economia regional. Assim, pós a crise asiática de 1997, com as exporta-

ções desacelerando-se, a China decidiu autonomamente expandir os gastos públicos e os investimentos das empresas estatais que, como se buscou argumentar ao longo do texto, permaneceu liderando o ciclo expansivo em que pese a grande presença hoje das empresas estrangeiras nos investimentos e exportações. Esta expansão do mercado interno chinês não reverteu, por seu turno, a direção de sua corrente de comércio com os EUA.

Tendo em vista a afirmação da China como o principal exportador líquido dos EUA, as pressões desta economia secundadas pela União Européia para a valorização do yuan e liberalização do regime cambial chinês avolumaram-se nos últimos anos. A China vem perseguindo, tal como no clássico período de Bretton Woods, o Japão, as economias dinâmicas da Ásia, a Alemanha e os países da Europa Ocidental trilharam uma estratégia de inserção internacional baseada na expansão do comércio com taxa real de câmbio desvalorizada e taxas nominais estáveis<sup>37</sup>. Observou-se, entretanto, que a estabilidade nominal do yuan, longe de afirmar-se como vetor exclusivamente mercantilista da política chinesa, foi importante para a rápida recuperação das economias asiáticas pós 1997 que puderam obter efetiva desvalorização real contra o dólar e o yuan.

Os impactos do crescimento da economia chinesa sobre a economia mundial e sobretudo regional — objeto específico deste artigo — foram observados a partir dos efeitos denominados de estrutura — que considera o grau de complementaridade e rivalidade das exportações chinesas — quanto do efeito de escala decorrentes do tamanho relativo do mercado interno da China. A retomada do crescimento japonês — tradicional fornecedor de bens de capital para a China — depois de uma década de estagnação e a rápida recuperação do crescimento das exportações da Coreia do Sul após a crise de 1997 — deveu-se em grande parte à combinação dos dois efeitos da economia chinesa. Mesmo em países com uma pauta de exportações competitiva com a chinesa — tanto Taiwan quanto as demais economias da ASEAN — e que por isto sofreram forte deslocamento de terceiros mercados em particular o dos EUA, puderam se beneficiar da extraordinária velocidade do crescimento das importações chinesas. Deste movimento expansivo participaram ao lado de produtores regionais como a Indonésia, os principais fornecedores mundiais de matérias-primas e alimentos entre os quais, o Brasil. Estes se beneficiaram duplamente, tanto pelo aumento no volume físico exportado quanto pela elevação do preço das *commodities* no mercado mundial.

O papel central da China na regionalização asiática e a importância da preservação da estabilidade do yuan merecem algumas considerações adicionais sobre a regionalização na Ásia. Existem hoje quatro níveis de articulação econômica na região (Feng Xiao-Ming, 2002).

Em primeiro lugar existe o nível englobando os dez países da ASEAN.<sup>38</sup> Estes decidiram implementar um acordo de livre comércio para entrar em vigor em

---

<sup>37</sup> Para uma discussão deste ponto, ver Dooley, M.P.; Folkerts-Landau, D., Garber, P. (2003).

<sup>38</sup> São eles: Brunei, Cambódia, Indonésia, Laos, Malásia, Myamar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnã.

2008. O segundo nível é o “10+1” formado pelos países da ASEAN com o Japão, com a Coreia ou com a China. O terceiro nível é o “3” formado por iniciativas de fóruns trilaterais entre o Japão, a Coreia e a China e, por fim, o quarto nível é o “10+3” entre os países da ASEAN e os três grandes.

A estratégia chinesa até o presente momento foi estabelecer políticas diferenciadas nestes níveis. Assim, a iniciativa tomada no mesmo ano de seu ingresso na OMC de construir uma área de livre comércio em dez anos com os países da ASEAN (Gao Xian, 2003), no âmbito do “10+1”, parece reforçar a estratégia chinesa de consolidar-se na liderança dos países da ASEAN. A iniciativa chinesa visa contornar as preocupações dos membros da ASEAN sobre o efeito *hollow-in* dos fluxos de IDE na China e fortalecer os fluxos de comércio tanto os das matérias-primas que a China tanto necessita quanto em bens industriais, sobretudo da indústria eletrônica.

Este nível de cooperação resultou da evolução de um outro nível o ASEAN+3 (China, Coreia e Japão), que se formou em 2000 com a iniciativa Chiang Mai voltada à cooperação financeira na Ásia. A participação da China em arranjos cambiais e financeiros de forma a reduzir os riscos cambiais na região marcou uma nova direção na política externa chinesa voltada à cooperação regional na Ásia. Em 2003, A China permitiu o uso do yuan como moeda para pagamento nos contratos comerciais com os países de fronteira, bem como vem encorajando empresas chinesas a usar o yuan em investimentos na Ásia, sinalizando um movimento de regionalização monetária.<sup>39</sup> Nesta mesma direção deve-se considerar a participação chinesa nas operações de swap com diversos países do leste asiático nos termos da Chiang Mai Initiative (FONDAD, 2003). Deste modo, um dos elementos para a consolidação num futuro próximo do yuan na Ásia depende de sua estabilidade que a política chinesa pretende preservar.

Vale notar que a China não apoiou a proposta japonesa — vetada pelos EUA — de um fundo monetário asiático na saída da crise de 1997 tendo em vista os conflitos de longa data, a fraqueza do yen e a crescente importância do yuan. Neste nível de negociação a principal proposta foi a da formação de uma área de livre comércio no Leste Asiático. Este nível tem se revelado difícil pela diversidade das economias e pelo fato de que tanto o Japão quanto a Coreia parecem dispostos a reduzir os níveis de proteção à agricultura — que ao contrário da chinesa não é complementar, mas substituta com os dos países da ASEAN — e pelo fato do interesse da China basear-se mais na transferência de tecnologia do que no comércio. Do mesmo modo o nível “3” tem-se mantido num plano mais genérico na medida em que razões geopolíticas e interesses de longo prazo se interpõem.

Indiscutivelmente, a estratégia de aprofundar o nível de cooperação “10+1” passa pela afirmação do yuan (novamente a importância de sua estabilidade) na Ásia e pela manutenção da autonomia da política de crescimento provendo os

---

<sup>39</sup> Ainda que em dimensões modestas, a política do governo chinês de estimular investimentos no exterior resultou na criação de cerca de 9 mil subsidiárias de empresas estatais chinesas espalhadas em 180 países (Story, 2004, Sakakibara e Yamakawa, 2002).

impulsos macroeconômicos que o Japão, a principal economia asiática, não pode fornecer, e que os EUA, diretamente, já não fornecem mais.<sup>40</sup>

É evidente que à medida que a China assume um papel central na Ásia acirram-se os conflitos geopolíticos com os EUA em diversos planos. Entre estes, como observado ao longo deste artigo, encontra-se a autonomia da política econômica chinesa. A iniciativa chinesa de aprofundar as relações regionais, a internacionalização do seu mercado interno e o controle que o governo exerce sobre a taxa de investimentos constituem, efetivamente, importantes instrumentos para a sustentação desta autonomia e da trajetória de elevado crescimento econômico que distinguiu a China nas duas últimas décadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

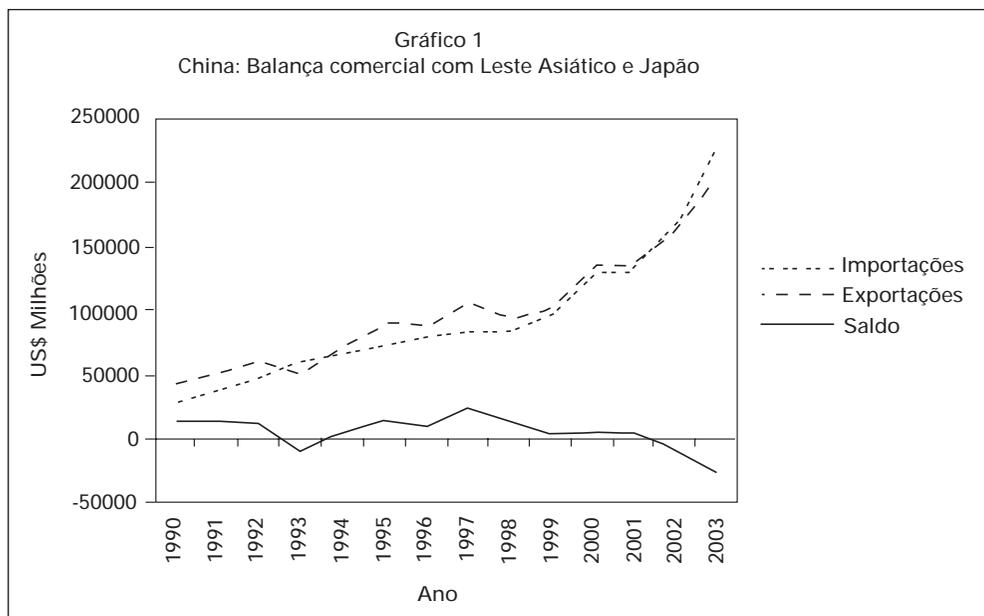
- CHANG-KYU, LEE (2004) "Economic Relations Between Korea and China", Working Paper, The Korea Economic Institute.
- CHUNLIN, Z. (2002) "Financing the SOE Sector: Institutional Evolution and Its Implications for SOE Reform", *China & World Economy*, nº 6.
- CUI, Z. (2004) "The Chinese Response to the U.S. Pressure on Yuan Appreciation", IDEAS, International Conference on The Economics of the New Imperialism, School of Social Sciences, Jawaharlal Nehru University, New Delhi, 22-24 January.
- DOOLEY, M. P.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. (2003) "An Essay on the Revived Bretton Woods System" NBER Working Paper 9971, [www.nber.org/papers/w9971](http://www.nber.org/papers/w9971).
- EICHENGREEN, B.; RHEE, Y.; TONG, H. (2004) "The Impact of China on the Exports of Other Countries", NBER, Working Paper, 10768.
- FENG XIAO-MING (2002) "China and ASEAN Can Share the Prosperity Together", *China & World Economy*, nº 1.
- FONDAD (2003) "China's Role in Asia and the World Economy- Fostering Stability and Growth", [www.fondad.org](http://www.fondad.org).
- GRESSER, E. (2004) "The Emerging Asian Union? China Trade, Asian Investment, and a New Competitive Challenge", Progressive Policy Institute, [www.pponline.org](http://www.pponline.org).
- HEFEKER, C. NABOR, A. (2002) "Yen or Yuan? China's Role in the Future of Asian Monetary Integration", Hamburg Institute of International Economics Discussion Paper, 206.
- ICARD, A. (2003) "Capital Account Liberalization in China: International Perspectives", BIS Paper nº 15.
- IMF (2004) "People's Republic of China: 2004 Article IV Consultation — Staff Report; Staff Statement; and Public Information Notice on the Executive Board" Discussion, IMF, Country Report nº 04/351, [www.imf.org](http://www.imf.org).
- IMAI, H. (1996) "Explaining China's Business Cycles", *The Developing Economies*, XXXIV, June.
- LI, JING (2004) "Regionalization of the Yuan and China's Account Liberalization", *China & World Economy*, nº 2.

---

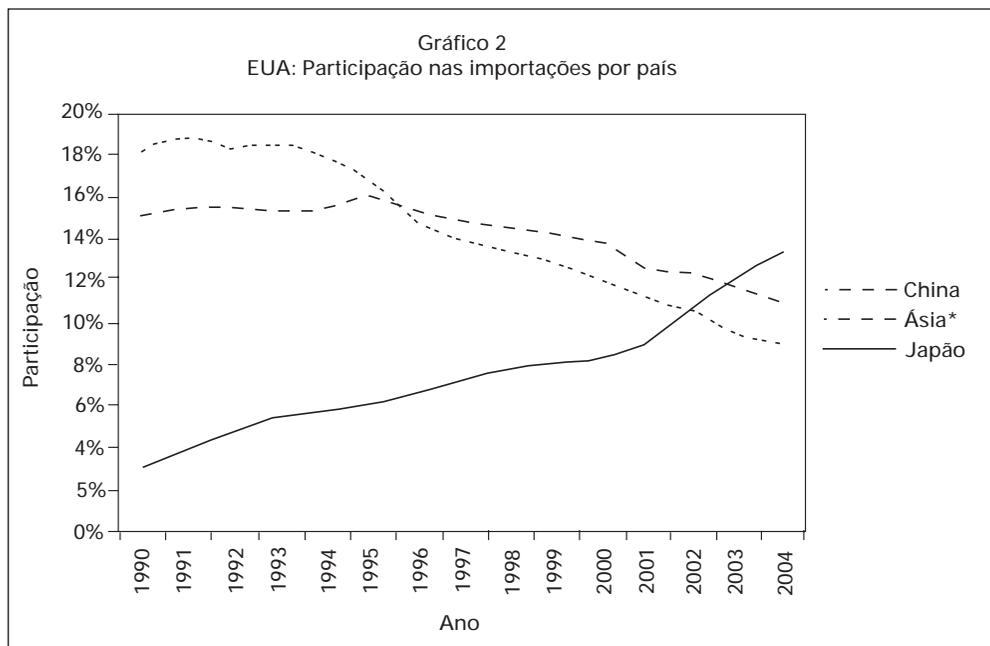
<sup>40</sup> "The agreement between China and ASEAN to establish a FTA within dez years increased the role of China in the region and spurred China's integration in the regional network not only economically but also politically, to the expense of Japan. This should increase mutual confidence between China and its neighbors and therefore stabilize bilateral relations and monetary cooperation" (Hefeker, Nabor 2002: p. 17).

- LIPING, HE (2003) "Sino Japanese Economic Relations: A Chinese Perspective", *China & World Economy*, nº5.
- MC KINNON, R. SCNABL, G. (2003) "China: A stabilizing or Deflationary Influence in East Asia? The Problem of Conflicted Virtue", [www.stanford.edu/~mckinnon](http://www.stanford.edu/~mckinnon).
- MEDEIROS, C. A. (1999) "China: entre os séculos XX e XXI", in José Luis Fiori, *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*, Rio de Janeiro, Vozes.
- MEDEIROS, C. A. (2001) "A economia política da crise e da mudança estrutural na Ásia", *Economia e sociedade*, 17.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (2004) *China Statistical Yearbook*, China Statistical Press.
- NG, F.; YEATS, A. (2003) "Major Trade Trends in East Asia. What are their implications for Regional Cooperation and Growth?", World Bank Policy Research Working Paper, 3084.
- NOLAN, P. (2001) *China and the Global Economy*, London, Palgrave.
- SAKAKI BARA, E. YAMAKAWA, S. (2002) "Regional Integration in East Asia: Challenges and Opportunities", World Bank East Asia Project, Working Paper.
- STORY, J. (2004) *China a corrida para o mercado*, São Paulo, Futura.
- UNCTAD (2002) "China's Accession to WTO: Managing Integration and Industrialization", *Trade and Development Report*, United Nations.
- UNCTAD (2004) *Trade and Development Report*, United Nations.
- UNCTAD (2004) UNCTAD Handbook of Statistics On-Line, [www.untad.org](http://www.untad.org)
- US CENSUS BUREAU (2002) Website.
- US Department of Commerce, Trade Statistics Express, [www.commerce.gov](http://www.commerce.gov).
- WILLIAMSON, J. (2003) "The Renmimbi Exchange Rate and the Global Monetary System", Outline of a lecture delivered at the Central University of Finance and Economics, Beijing, China, Institute for International Economics.
- WORLD BANK (2003) *World Development Indicators CD-Rom*.
- XIAN, G. (2003) "The Asian Recentralization and the China Role", em REG, Hegemonia e Contra-hegemonia, Seminário Internacional, 18-22 agosto de 2003, Rio de Janeiro.
- XIN, CHANG; LINA, WANG; SCHUCHENG, L. (2002) "An Analysis of China's Economic Trend (1998-2002)", *China & World Economy*, nº 4.
- YANZHONG, WAN (2003) "Structural Change of China's Labor Force and the Unemployment Issue", *China & World Economy*, nº 6.
- YAO, SHUIE (2000) "Agriculture's Role in Economic Development: The Case of China", in Sarah Cook, Shujie Yao, Juzhong Zhuang, *The Chinese Economy under Transition*, London, Mac Millan Press.
- YONGDING YU (2004) "China Macroeconomic Situation Since 2003", *China & World Economy*, 3-20, vol 12, nº 4.

## ANEXO ESTATÍSTICO



Fonte: UNCTAD, UNCTAD Handbook of Statistics On-line, in [www.unctad.org](http://www.unctad.org)



\* Coreia do Sul, Hong-Kong, Taiwan, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia.

Fonte: U.S. Department of Commerce, Trade Statistics Express, in [www.commerce.gov](http://www.commerce.gov)

Tabela 1  
Balança de pagamentos da China (Em bilhões de dólares)

	1999	2000	2001	2002	2003
A. transações correntes	21.1	20.5	17.4	35.4	45.9
Balança comercial	36.0	34.5	34	44.2	44.7
B. Conta de capital e financeira	5.2	1.9	34.8	32.3	52.7
Investimento estrangeiro direto na China	38.8	38.4	44.2	49.3	47.1
C. Erros e omissões	-17.8	-11.9	-4.9	7.8	18.4
D. Global	8.5	10.5	47.3	75.5	117.0
Reservas	-8.5	-10.5	-47.3	-75.5	-117.0
Memo					
Crescimento das Exportações	6.1	27.9	6.8	22.4	34.6
Crescimento das importações	15.8	35.4	8.1	21.3	39.8
Reservas Brutas (exclusive ouro)	157.7	168.3	215.6	291.1	408.2
Taxa real de Câmbio (1990=100)	107.2	108.8	114.1	110.9	102.9

Fonte: IMF (2004)

Tabela 2  
Estrutura da demanda do crescimento econômico da China

Ano	Crescimento PIB (%)	Demanda global	Consumo final (%)	Formação de capital (%)	Exportações líquidas (%)
1995	10.5	100	57,5	40,8	2,4
1996	9.6	100	58.5	39.3	2,2
1997	8.8	100	58.2	38.0	3.8
1998	7.8	100	58.7	37.4	3.9
1999	7.1	100	60.1	37.1	2.8
2000	8.0	100	61.1	36.4	2.5
2001	7.3	100	59.8	38.0	2.2
2002	8.3	100	58.2	39.2	2.6
2003	9.3	100	55.5	42.3	2.2

Fonte: cálculos com base no China Statistical Yearbook, 2004, China Statistics Press.

Tabela 3  
China: Investimento em ativos fixos por tipo de propriedade

Investimento	Total	Empresas estatais	Empresas coletivas	Empresas individuais	Outros Tipos de propriedade
1995	100	54,4	16,4	12,8	16,4
1996	100	52,3	15,9	14,0	17,8
1997	100	52,4	15,4	13,7	18,5
1998	100	54,1	14,8	13,1	18,0
1999	100	53,4	14,5	14,0	18,1
2000	100	50,1	14,5	14,3	21,1
2001	100	47,3	14,2	14,5	24,0
2002	100	43,3	14,0	14,5	28,2
2003	100	38,9	14,4	14,0	32,7
Taxa de	Crescimento				
1995	17.5	13.3	19.2	29.9	21.3
1996	14.8	10.6	11.3	25.4	23.7
1997	8.8	9.0	5.5	6.8	13.0
1998	13.9	17.4	8.9	9.2	11.6
1999	5.1	3.8	3.5	12.1	5.3
2000	10.3	3.5	10.7	12.2	28.5
2001	13.0	6.7	9.9	15.3	28.9
2002	16.9	7.2	13.4	20.1	36.2
2003	27.7	14.7	33.8	18.4	50.0

Fonte: China Statistical Yearbook, 2004. Outros tipos de propriedade incluem joint ventures, empresas com investimento estrangeiro e empresas com investimentos de Hong-Kong, Macau e Taiwan.